

**ARTIGO****Os direitos sexuais e reprodutivos em perspectiva interseccional: uma análise dos discursos sobre controle de natalidade proferidos pelo deputado federal Jair Messias Bolsonaro**

Laura Gomes Barbosa, *Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)*

Giulia Gouveia Siqueira P. Homem, *Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)*

Resumo. O presente trabalho buscou compreender, em perspectiva analítica interseccional, como o controle de natalidade foi abordado por Jair Messias Bolsonaro, ao longo dos sete mandatos em que ocupou assento na Câmara dos Deputados. A partir de abordagem qualiquantitativa, foram analisados todos os discursos proferidos em plenário pelo parlamentar. Através da técnica de análise do discurso, foi possível evidenciar que a abordagem do então deputado federal ao tema em questão buscou associar o crescimento populacional ao aumento da pobreza, da marginalidade e da violência, e está, portanto, fortemente atrelada a dois campos semânticos que, nas eleições de 2018, foram fundamentais para a ampliação de sua base eleitoral e consequente vitória: o conservadorismo moral e o combate à criminalidade através do punitivismo.

PALAVRAS-CHAVE: Jair Bolsonaro. Direitos sexuais e reprodutivos. Controle de natalidade. Interseccionalidade. Discurso parlamentar.

Introdução

Este artigo busca compreender, em perspectiva analítica interseccional, como o tema do controle de natalidade foi abordado pelo então deputado federal Jair Messias Bolsonaro, mediante análise qualiquantitativa dos discursos proferidos em plenário ao longo dos sete mandatos em que ocupou assento na Câmara dos Deputados, entre os anos de 1991 e 2018. O trabalho é fruto de uma pesquisa mais ampla que buscou lançar luz à trajetória legislativa de Bolsonaro, a fim de identificar os principais fatores que o levaram a expandir e consolidar sua base de apoio entre segmentos sociais distintos e, com isso, viabilizar e alcançar êxito em sua candidatura à Presidência da República no processo eleitoral de 2018 (Goulart, 2024).

Historicamente, a pauta dos direitos sexuais e reprodutivos se constituiu como uma das principais demandas dos movimentos de mulheres, tornando-se um importante ponto de convergência entre as diferentes correntes do feminismo, sobretudo a partir dos anos 1970 (Scavone, 2010; Del Re, 2009). Deve-se destacar, porém, que tal debate não está isento de ambiguidades e disputas, constituindo um poderoso instrumento catalisador para o surgimento e a consolidação de visões de mundo conservadoras, reacionárias e autoritárias, a exemplo do que se sucedeu no Peru de Alberto Fujimori, na década de 1990 e, na atualidade, na Hungria de Viktor Orbán, nos Estados Unidos de Donald Trump, na Itália de Giorgia Meloni e no próprio Brasil, com Jair Bolsonaro (Vaggione; Machado; Biroli, 2020; Lacerda, 2019; Afshar, 2022).

A disputa presidencial da qual Bolsonaro saiu vitorioso teve como marco a intensa difusão de informações – distorcidas e até mesmo falseadas – sobre temas ligados aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e da população LGBTQIAPN+. O foco em tal agenda visava à instauração do pânico moral como prática de campanha (Lacerda, 2019), além de se constituir como um importante ponto nodal, cujo potencial para mobilizar afetos e emoções permitiu a criação de vínculos de pertencimento entre diferentes grupos sociais visando o combate a um inimigo comum (Goulart, 2024; Dietze; Roth, 2020; Laclau, 2013).

Não por acaso, a temática foi preocupação frequente de Bolsonaro durante sua atuação parlamentar, sendo mencionada principalmente a partir da ideia de controle de natalidade como ferramenta de controle populacional e como forma de mitigação da violência, da marginalidade

e da pobreza. Partilhando de uma visão neomalthusiana¹ e reacionária dos direitos sexuais e reprodutivos, o ex-capitão antecipou, naquele momento, o que viria a ser regra no seu governo: o descaso com a saúde sexual e reprodutiva das mulheres e a ausência de políticas públicas capazes de evitar gestações imprevistas, abortos inseguros e mortes maternas (Brandão; Cabral, 2021; Silva, 2022; Peixoto; Salvador; Bianchetti, 2023).

O controle de natalidade, na visão defendida pelo então deputado federal, estaria atrelado a dois campos semânticos que, na campanha presidencial de 2018, foram fundamentais para a ampliação de sua base eleitoral e consequente vitória. O primeiro deles se refere à dimensão da segurança pública e do combate à criminalidade através do punitivismo, com a defesa de penas mais duras e a redução da maioria penal, além da facilitação do acesso às armas de fogo pelos cidadãos comuns e a rejeição aos direitos humanos (Parzianello, 2020; Silva; Rodrigues, 2021; Goulart, 2024). O segundo ponto está relacionado ao conservadorismo moral, cujos pilares são a defesa da família tradicional, a oposição ao aborto, o combate à ideologia de gênero e o antifeminismo (Messenberg, 2017; Vaggione; Machado; Biroli, 2020).

A primeira seção deste trabalho enfatiza o caráter histórico e ambíguo das políticas de controle de natalidade. Estas, num primeiro momento, surgem como possibilidade de emancipação das mulheres e de politização da esfera privada e familiar – demandas históricas do movimento feminista – para, logo em seguida, serem cooptadas pelo Estado e pelas elites, transformando-se em um mecanismo eugênico de controle populacional e de controle do corpo e da sexualidade feminina. Em seguida, destacam-se as contribuições que o debate interseccional oferece aos estudos sobre direitos sexuais e reprodutivos e, mais propriamente, as possibilidades conferidas pela interseccionalidade como ferramenta analítica nos estudos sobre controle de natalidade. Por fim, a terceira seção lança luz à trajetória legislativa de Jair Messias Bolsonaro. Mediante análise quali-quantitativa de seus pronunciamentos em plenário, o tema do controle de natalidade foi escrutinado a partir da

¹ A teoria neomalthusiana é herdeira do malthusianismo, abordagem proposta pelo economista inglês Thomas Malthus no final do século XVIII. Preocupado com o crescimento populacional e o esgotamento dos recursos naturais, Malthus propôs a adoção de mecanismos de controle populacional a fim de evitar problemas supostamente decorrentes de um mundo superpopuloso. Os neomalthusianos, por sua vez, argumentam pelo controle demográfico como solução para a pobreza, a miséria, a violência e a crise climática. No entanto, ao propor o controle de natalidade de forma seletiva, ou seja, somente para populações específicas, a corrente neomalthusiana é acusada de adotar métodos eugênicos e racistas de controle populacional (Afshar, 2022).

técnica de análise do discurso e das contribuições da teoria interseccional.

O controle de natalidade como emancipação e como sujeição: ambiguidades em perspectiva histórica

A luta pelos direitos sexuais e reprodutivos se apresenta como basilar para o movimento feminista desde o século XIX, momento em que, nos Estados Unidos da América, as feministas começaram a atuar como movimento organizado em torno da reivindicação pelo sufrágio universal. É neste contexto de busca por direitos políticos pelas sufragistas estadunidenses que a concepção de maternidade voluntária surge como embrionária de uma perspectiva progressista de controle de natalidade (Ribeiro, 2012; Davis, 2016).

Naquele momento, a visão ainda incipiente dos direitos sexuais e reprodutivos estava vinculada – assim como o movimento sufragista também estava – às aspirações e interesses das mulheres brancas burguesas e de classe média. Pouco ou nada refletiam, então, as preocupações das mulheres racializadas e das classes trabalhadoras. Diante deste cenário, Davis (2016) argumenta que o momento inaugural dos debates feministas acerca dos direitos sexuais e reprodutivos era excludente, já que estava associado a objetivos que só poderiam ser atingidos, naquele contexto, por mulheres detentoras de riqueza material, tais como o acesso a direitos políticos e a busca por maior escolaridade e espaço no mercado de trabalho, além de maior autonomia frente às obrigações domésticas e familiares (Ribeiro, 2012).

De maneira concomitante ao surgimento do movimento pelo controle de natalidade, surgiram também ambiguidades que, posteriormente, denunciariam a cooptação do movimento por setores ligados às teorias eugênicas e racistas que dominavam o ideário científico e político da época. Assim, a ausência de uma perspectiva interseccional sensível aos vieses de raça e classe, aliada à influência da eugenia, solapou todo o potencial progressista e emancipatório do movimento e cedeu lugar a uma lógica racista que negava o acesso aos direitos sexuais e reprodutivos às mulheres pobres e racializadas. Sob a ótica da interseccionalidade, o controle de natalidade se tornou um mecanismo de controle populacional, na medida em que transformou em “dever” das mulheres racializadas e pobres aquilo que, para as mulheres

brancas, era reivindicado como um direito: o direito de não ter filhos (Davis, 2016; Ribeiro, 2012; Federici, 2019).

No Brasil, o debate inaugural acerca do controle de natalidade, na primeira metade do século XX, estava muito distante do potencial progressista adquirido, até certo ponto, pelo movimento em defesa dos direitos sexuais e reprodutivos nos Estados Unidos do século XIX. Aqui, em vez de um direito reivindicado por movimentos da sociedade civil organizada, o controle de natalidade foi concebido, desde o início, como uma política de controle populacional baseada em preceitos eugênicos e racistas, a ser implementada de cima para baixo pelo Estado, com o aval da ciência, da Igreja Católica e de entidades internacionais (Peixoto; Salvador; Bianchetti, 2023). A partir da chamada “eugenia positiva”, buscava-se o embranquecimento da população mediante o estímulo à reprodução da população branca e à condenação da miscigenação, entendida como caminho para a degeneração do país (Ribeiro, 2012; Werneck, 2004; Schwarcz, 1994).

Quando avançamos nosso olhar para a década de 1980, o ano de 1982 representou um marco nas denúncias sobre políticas que buscavam a redução da natalidade na região Nordeste do país, onde há maior incidência de esterilização e maior concentração de pessoas negras e de baixa renda (Roland, 1995; Ribeiro, 2012). Como reação a tais denúncias, e na esteira do movimento de redemocratização, foi criado no ano de 1983 o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) e, alguns anos depois, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) (Peixoto; Salvador; Bianchetti, 2023).

Em 20 de novembro de 1991, Dia Nacional da Consciência Negra, uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) foi instaurada no Congresso Nacional a fim de apurar aquilo que as feministas negras brasileiras já vinham denunciando desde os anos 1980: planos e práticas de controle de natalidade sobre a população preta e parda do país. O relatório final do documento concluiu que não havia, no Brasil, uma política voltada para a saúde da mulher; que existia interesse internacional na implementação do controle demográfico; que as agências controlistas internacionais forneciam recursos financeiros às nacionais; que o Estado não definiu critérios para a prática da esterilização no país; e que não era possível confirmar que a esterilização cirúrgica foi direcionada às mulheres negras a fim de garantir o controle de natalidade desse grupo, embora essa última questão denotasse a necessidade de desagregar por raça os dados ligados à saúde da

população do país (Damasco; Maio; Monteiro, 2012; Peixoto; Salvador; Bianchetti, 2023).

Ainda, as discussões desencadearam a criação, em 1996 – durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) –, da Lei do Planejamento Familiar, que estabeleceu que a esterilização cirúrgica só poderia ser realizada em mulheres com idade mínima de 25 anos ou que tiverem pelo menos dois filhos, além de denominar punições a quem realizasse o procedimento de forma irregular (Damasco; Maio; Monteiro, 2012).

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2004 mostraram que, embora as regiões Norte e Nordeste do país apresentem as maiores taxas de fecundidade, em ambas também foram registrados os maiores declínios nesses números. Além disso, os dados sugerem que a redução da taxa de fecundidade varia de acordo com cada segmento populacional, sendo maior entre as mulheres negras, pobres, com menor escolaridade e das regiões Norte e Nordeste (Berquó; Cavenaghi, 2006; Ribeiro, 2012). A partir de dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) de 2011, também é possível constatar que a esterilização feminina é o método contraceptivo mais utilizado por mulheres na faixa etária de 30 a 34 anos no Brasil (26,7%), ultrapassando inclusive a pílula anticoncepcional (22,8%) (Ribeiro, 2012).

Roland (1995) argumenta que a esterilização abusiva pode se dar tanto na forma de coerção aberta como também através de mecanismos sutis que impactam, direta ou indiretamente, as decisões das mulheres acerca da utilização deste método contraceptivo. Ou seja, embora as mulheres façam suas próprias escolhas, estas escolhas não se dão de maneira autônoma, mas sim mediante condições estruturais que elas, enquanto indivíduos, não são capazes de transformar.

Assim, frente ao caráter ambíguo e potencialmente reacionário que este debate pode adquirir, a retomada, pelos movimentos feministas, de uma visão progressista e interseccional do controle de natalidade deve ocorrer focando menos na escolha individual e mais nas condições sociais de escolha, trabalho e reprodução. Isto implica, por parte desses movimentos, a adoção de uma perspectiva analítica interseccional que compreenda os direitos sexuais e reprodutivos como uma dimensão fundamental e inegociável dos direitos humanos (Roland, 1995;

Brandão; Cabral, 2021; Collins; Bilge, 2020; Peixoto; Salvador; Bianchetti, 2023).

A interseccionalidade como ferramenta de análise

Não se pretende, neste estudo, promover uma discussão aprofundada acerca do conceito de interseccionalidade e seus desdobramentos teóricos. Cientes da complexidade deste debate, nosso objetivo consiste em dar ênfase às possibilidades analíticas conferidas pelo olhar interseccional, na medida em que este contribui para o desenvolvimento de pesquisas, no campo feminista, mais sensíveis às experiências e demandas das mulheres racializadas. Busca-se, assim, superar alguns dos entraves presentes no feminismo hegemônico, onde, como destaca Ribeiro (2012), o debate sobre direitos sexuais e reprodutivos vem sendo sistematicamente reduzido à demanda pelo direito ao aborto, colocando em segundo plano pautas que são especialmente relevantes para as mulheres negras, tais como a esterilização compulsória e o controle de natalidade como política de Estado.

Formulado no início da década de 1990 pela professora e ativista estadunidense Kimberlé Crenshaw², o conceito de interseccionalidade se tornou um marco do feminismo negro. Sua difusão nos meios acadêmico e militante significou um importante ponto de ruptura com o feminismo hegemônico, branco e eurocêntrico, ao lançar luz para o fato de que as mulheres estão posicionadas de maneiras diferentes no campo social, a depender da articulação de categorias como gênero, raça, classe e sexualidade (Piscitelli, 2008; Henning, 2015).

Crenshaw (2002) define a interseccionalidade como um conceito que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre diferentes eixos de subordinação. Trata-se, portanto,

² Embora a formulação do conceito de interseccionalidade seja atribuída a Kimberlé Crenshaw nos anos 1990, destaca-se que a prática interseccional já estava fortemente presente nos meios militantes dos anos 1960 e 1970. Além disso, muitos autores entendem o emblemático discurso “E não sou uma mulher?”, de Sojourner Truth, proferido no século XIX no contexto do movimento feminista abolicionista dos Estados Unidos da América, como um dos momentos inaugurais da perspectiva interseccional (Henning, 2015; Collins; Bilge, 2020).

especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (Crenshaw, 2002, p. 177).

A perspectiva interseccional evita a apreensão da realidade como um acontecimento uniforme, composto por uma massa homogênea e indiferenciada de indivíduos que estariam igualmente posicionados no campo social. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade amplia horizontes e fornece estruturas conceituais e de análise que permitem compreender de que maneira as categorias de gênero, raça, classe, sexualidade, entre outras, são capazes de posicionar diferentes indivíduos em lugares sociais distintos (Collins; Bilge, 2020; Akotirene, 2020).

Do ponto de vista da formulação de políticas, Crenshaw (2002) afirma que um conjunto de violações de direitos humanos fica obscurecido ao não se levar em conta as vulnerabilidades interseccionais de mulheres racializadas e marginalizadas. Ao direcionarmos um olhar interseccional para a formulação de políticas reprodutivas e de bem-estar social, é possível constatar a situação de vulnerabilidade a que estão sujeitas. É precisamente neste ponto que a interseccionalidade contribui para pensar a relação entre exercício pleno dos direitos sexuais e reprodutivos, esterilização em massa de mulheres não-brancas e uma visão neomalthusiana, racista e eugênica do controle de natalidade. As mulheres que estão posicionadas na interseção entre os marcadores de raça, de classe e de gênero são mais vulneráveis às medidas impositivas de controle de natalidade e têm, constantemente, o seu acesso aos direitos sexuais e reprodutivos dificultado ou negado.

Esta visão nos permite conceber com maior clareza as discrepâncias e ambiguidades apontadas por Davis (2016) ao argumentar que todo o potencial progressista do controle de natalidade deixou de existir quando, para determinados grupos de pessoas, ele se tornou uma obrigação e um mecanismo de controle populacional implementado a partir do Estado.

Autoras como Piscitelli (2008) e a própria Crenshaw (2002) concebem a interseccionalidade como uma ferramenta de análise contextualmente definida, que permite conferir atenção localizada e

contingente às desigualdades socialmente percebidas como relevantes no contexto analisado. Tal perspectiva rejeita, portanto, uma visão ampla, generalizante e transcultural da interseccionalidade (Henning, 2015) e é a partir deste ponto de vista que buscamos compreender nosso objeto de estudo.

Parte-se do pressuposto de que as falas sobre controle de natalidade proferidas pelo deputado federal Jair Messias Bolsonaro não se dão em um lugar neutro ou desinteressado. Pelo contrário. Como veremos a seguir, Bolsonaro reproduz em seus discursos, ainda que nas entrelinhas, uma visão de mundo propagada pelas elites nacionais e fortemente presente no imaginário do senso comum da população: a falsa ideia de que a pobreza, a violência e a marginalidade estão diretamente ligadas ao número de filhos e ao crescimento populacional (Roland, 1995).

O controle de natalidade nos discursos do deputado federal Jair Messias Bolsonaro

Neste trabalho, nosso objetivo é compreender como os direitos sexuais e reprodutivos foram abordados por Jair Messias Bolsonaro durante sua trajetória parlamentar. O objeto da pesquisa são os discursos sobre controle de natalidade proferidos pelo ex-capitão em plenário, durante seus sete mandatos como deputado federal, entre 1991 e 2018.

É importante salientar que os parlamentares ocupam posições estratégicas na estrutura social, exercendo influência direta sobre o aparelho estatal e tomando decisões capazes de impactar toda a nação (Mills, 1956 apud Codato; Perissinotto, 2015). Suas funções incluem a busca pelo consenso político, a formulação de políticas públicas, a representação e a negociação de interesses – atividades que, em grande parte, se baseiam na comunicação. Os discursos parlamentares representam um subgênero específico da linguagem política, caracterizando-se pela sua natureza formal e institucional, moldada pelo caráter ritual e pelas normas regimentais do processo legislativo (Bayley, 2004). Além disso, esses discursos são também produtos de variáveis institucionais, políticas e históricas distintas. Este estudo concentra-se nos discursos realizados em plenário e transcritos na página oficial da Câmara dos Deputados, embora reconheça que este recorte aborda

apenas uma das diversas dimensões que compõem a linguagem política institucional no parlamento.

O esforço de compreensão da trajetória pregressa de atores políticos contextualmente relevantes encontra respaldo na matriz teórica formulada por Ernesto Laclau, para quem os sujeitos políticos são formados a partir de articulações discursivas contextuais e precárias entre sujeitos sociais distintos (Goulart, 2024; Laclau; Mouffe, 1987). A abordagem laclauniana nos permite visualizar os principais pontos nodais que levaram Bolsonaro a expandir sua base eleitoral, viabilizando sua candidatura à Presidência da República. Em outras palavras, lança luz sobre os fatores que contribuíram para transformá-lo, de um parlamentar que representa um grupo de interesse específico – a categoria de militares –, a um representante majoritário e, atualmente, a principal liderança da direita brasileira, sendo capaz de unir diferentes forças políticas, da mais moderada à mais radical, em torno de seu nome (Goulart, 2024; Starling, 2022).

Dessa forma, a análise dos discursos de Jair Bolsonaro enquanto legislador é útil para entender a articulação em torno de uma série de tópicos que ganharam força no tecido social brasileiro, permitindo identificar os diversos grupos sociais que o bolsonarismo mobilizou ao longo de sua trajetória parlamentar (Goulart, 2024). Isso porque esses grupos sociais não constituem um bloco homogêneo (Pinheiro-Machado; Scalco, 2018); ao contrário, são o resultado de uma identificação entre setores que se sentem excluídos das pautas promovidas pelo poder dominante. Estas chamadas “cadeias de equivalência” (Laclau; Mouffe, 1987) expressam-se na ascensão de um novo ator político capaz de alterar a correlação de forças estabelecida.

Metodologia e resultados encontrados

Esse trabalho integrou a agenda de pesquisa do Laboratório de Eleições, Partidos e Política Comparada (LAPPCOM), que teve como objetivo identificar a dispersão temática e temporal da atuação legislativa de Jair Messias Bolsonaro. A pesquisa no âmbito do LAPPCOM combinou abordagens quantitativas e qualitativas, divididas em três etapas: as duas primeiras, de natureza quantitativa; a terceira, qualitativa. Primeiramente, foram mapeados todos os projetos de lei de

autoria de Bolsonaro (Goulart, 2024). Em seguida, organizou-se um banco de dados contendo todos os discursos proferidos em plenário durante seus sete mandatos como deputado federal, entre 1991 e 2018, totalizando 1.542 pronunciamentos. Na última etapa, esses discursos foram analisados qualitativamente, utilizando dois sistemas de categorização: 1) a divisão temática disponibilizada pelo site da Câmara dos Deputados, que organiza a produção legislativa desde 2003 em 31 categorias, conforme o setor de Dados Abertos da Câmara; e 2) as 56 categorias do *Comparative Manifesto Project* (CMP), detalhadas em um manual (Lacewell; Wolkes; Werner, 2014) que orienta os codificadores quanto aos domínios e códigos, incluindo descrições breves para cada categoria. O objetivo foi estabelecer uma métrica comum que padronizasse a categorização dos conteúdos discursivos, reduzindo a subjetividade e permitindo maior comparabilidade entre análises (Goulart, 2024). No entanto, a codificação dos discursos não foi considerada no presente trabalho.

A partir da leitura inicial dos discursos de Bolsonaro durante a pesquisa do LAPPCOM, constatou-se uma presença significativa de pronunciamentos cujo foco principal era o controle de natalidade. Levando em conta a natureza desses discursos e a posterior ascensão desse ator político à Presidência da República, consideramos fundamental compreender a dimensão de sua atuação em relação a essa temática. Assim, retomamos nosso banco de dados e, em uma nova leitura dos discursos, identificamos palavras-chave frequentemente usadas pelo ex-deputado ao abordar o controle de natalidade. As principais foram: natalidade (42 discursos), laqueadura (23 discursos), vasectomia (23 discursos) e esterilização (10 discursos). Utilizando essas palavras-chave, selecionamos os pronunciamentos para análise neste estudo. No total, encontramos 53 discursos que tratam diretamente do controle de natalidade, representando 3,4% do universo de pronunciamentos. Com esses dados em mãos, foi possível investigar a frequência desses discursos ao longo de cada mandato do ex-deputado.

A distribuição encontrada foi a seguinte: de 1991 a 1995 (primeiro mandato) – seis discursos (11,32%); de 1995 a 1999 (segundo mandato) – cinco discursos (9,43%); de 1999 a 2003 (terceiro mandato) – quatro discursos (7,55%); de 2003 a 2007 (quarto mandato) – vinte discursos (37,74%); de 2007 a 2011 (quinto mandato) – onze discursos (20,75%); de 2011 a 2015 (sexto mandato) – sete discursos (13,21%), tendo o último pronunciamento sido realizado em seis de novembro de 2013; de 2015 a

2019 (sétimo mandato), momento em que teve início sua campanha presidencial, nenhum discurso acerca do tema foi realizado.

O primeiro pronunciamento ocorreu em 1991, mesmo ano em que a CPMI destinada a investigar a esterilização em massa de mulheres no país foi instaurada. Jair Bolsonaro chega a comentar o objeto de investigação desta CPMI em seu discurso, afirmando que “se tais procedimentos médicos não tivessem sido realizados, certamente teríamos, hoje, mais 10 ou 12 milhões de menores em situação irregular, engrossando a multidão de crianças que se acham em completo estado de miséria” (Brasil, 1991). Já em 1993, ano em que o relatório final da CPMI foi elaborado, o então deputado propôs o Projeto de Lei 4322/1993, que dispõe sobre a realização de laqueadura tubária e vasectomia para fins de planejamento familiar e controle de natalidade, visando a ampliação do acesso a laqueaduras de trompas a partir de uma justificativa que associa a pobreza e a criminalidade à suposta lacuna de controle de natalidade no Brasil (Goulart, 2024).

Durante o seu quarto mandato como deputado federal, o tema do controle de natalidade destacou-se como uma pauta recorrente na atuação parlamentar de Bolsonaro. Nesse período, ele proferiu 20 dos 53 discursos que abordaram o tema. Essa frequência pode ser associada a dois principais fatores. Em primeiro lugar, às políticas de bem-estar social e inclusão das camadas mais pobres da população promovidas durante o primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) como Presidente da República (Silva, 2022), como será discutido mais adiante. Em segundo lugar, à Proposta de Emenda à Constituição de sua autoria, a PEC 584/2002, apresentada em 5 de dezembro de 2002. Nessa PEC, Bolsonaro propunha que o Estado oferecesse recursos educacionais, materiais e científicos necessários ao planejamento familiar, incluindo a possibilidade de realização de procedimentos cirúrgicos de esterilização para maiores de 21 anos. Mais tarde, o então deputado federal também elogiou seu filho Flávio Bolsonaro, deputado estadual no Rio de Janeiro à época, pela criação da Lei 4916/2006, que autorizava a laqueadura e a vasectomia para maiores de 18 anos que tivessem pelo menos um filho. Esse tema, portanto, tornou-se uma bandeira familiar, não se restringindo apenas a Jair Bolsonaro.

Na etapa qualitativa desta pesquisa, foi utilizada a técnica de análise de discurso baseada na Análise Crítica do Discurso, que considera a linguagem uma prática social repleta de significados e ideologias, mediando a relação entre o indivíduo e a realidade social

(Bayley, 2004; Orlandi, 2000). Os resultados indicam que as menções aos projetos acima citados ocorreram repetidamente nos discursos, apresentando-os como uma solução para “salvar” o Brasil da violência, a qual seria atribuída principalmente às camadas mais pobres da população. Os termos “pobre”, “pobreza”, “miséria”, “miserável”, “miseravelmente” e “miseráveis” aparecem, respectivamente, 28, três, 28, quatro, uma e onze vezes nos discursos analisados em nosso banco de dados. Em seus primeiros mandatos, antes da vitória do Partido dos Trabalhadores (PT) na eleição presidencial, Bolsonaro frequentemente caracterizava essa parcela da população como principal responsável pelo crescimento demográfico e, por extensão, pelo uso excessivo dos recursos financeiros e energéticos do país e pelos problemas sociais. Assim, em sua visão, o aumento populacional desses grupos representaria uma ameaça ao futuro do Brasil, conforme fica evidente na seguinte declaração: “um efetivo controle da natalidade é que poderá, de vez, afastar confrontos diversos, os fantasmas de uma miséria e violência cada vez mais constantes no Brasil” (Brasil, 1997).

Roland (1995), no entanto, aponta que a ideia de que a queda de fecundidade é capaz de reduzir a pobreza no país é falaciosa e já se mostrou empiricamente equivocada, haja vista que, com o passar dos anos, as mulheres vêm tendo cada vez menos filhos e, no entanto, as mulheres pobres continuam pobres: “A fecundidade foi reduzida no Brasil a um custo altíssimo pago pelas mulheres, a quem foi vendido um sonho impossível de se realizar sem que se altere a cruel concentração de renda no país” (Roland, 1995, p. 510).

Bolsonaro também afirma que a falta do controle de natalidade estaria “gerando cada vez mais e mais habitantes da Febem e de Carandiru”, tornando urgente “acabar com esta situação, cortar efetivamente o mal pela raiz, e o controle da natalidade é a única política possível para salvar este país a longo prazo” (Brasil, 1992). Em outro momento, ele alega que “por outro lado, defendo a pena de morte e o rígido controle de natalidade, porque vejo a violência e a miséria cada vez mais se espalhando neste País. Quem não tem condições de ter filhos, não deve tê-los” (Brasil, 1993). O ex-capitão sugere haver uma relação direta entre violência e miséria e o aumento da população, deixando de lado as causas estruturais para o problema da pobreza e da violência, como desigualdade social, políticas econômicas ou acesso desigual a direitos. Ao tratar o controle de natalidade como um método de prevenção contra a criminalidade e a pobreza, o discurso de Jair

Bolsonaro reforça estereótipos de que a marginalização e a violência são causadas pela “excessiva” reprodução de pessoas de baixa renda, criando uma narrativa de que certos grupos são mais “perigosos” ou “problemáticos” para a sociedade e, portanto, devem ser controlados.

Embora não seja explicitado no discurso, a defesa do controle de natalidade para quem “não tem condições” sugere uma proposta direcionada a mulheres pobres, especialmente negras e indígenas. A perspectiva interseccional nos ajuda a entender que essa narrativa penaliza duplamente esses grupos, não apenas pela vulnerabilidade econômica, mas também pelas suas condições raciais e de gênero. Ao focar no controle reprodutivo dessas mulheres, o discurso reforça desigualdades de poder que afetam historicamente grupos racializados.

Além disso, como esses trechos sugerem, o tema do controle de natalidade foi constantemente vinculado às pautas da pena de morte e da redução da maioria penal, sendo apresentado como uma solução para a segurança pública brasileira. Os termos “pena de morte” e “maioridade penal” foram mencionados, respectivamente, 8 e 27 vezes nos pronunciamentos analisados, reforçando a ênfase punitiva do discurso de Bolsonaro. Esses temas integram o campo semântico do punitivismo, que se tornou um dos pilares de sua campanha presidencial em 2018. Nesse contexto, o controle de natalidade, associado a uma retórica de “ordem” e de “punição”, endossou a ideia de um Estado que deveria regular a população pobre, vista como potencial geradora de violência.

No recorte abaixo, tanto o controle de natalidade quanto a redução da maioria penal surgem como medidas para lidar com a violência e a criminalidade, mas por meios distintos: o controle de natalidade visa reduzir o número de “futuros delinquentes”, enquanto a redução da maioria penal serve para punir aqueles que, segundo Jair Bolsonaro, já não têm como ser recuperados.

Para terminar este assunto [redução da maioria penal] e ouvir o aparte dos colegas, digo que a própria Deputada Rita Camata, ontem, entregou um discurso como lido. Ela é contra, e uma frase sua é bastante importante: “[Devemos dar] proteção integral à infância, desde a gestação, no pré-natal, atendimento em creche, pré-escola, ensino fundamental, médio e profissionalizante”. Ou seja, faça filho que o Governo garante. (...) Temos que enfrentar essa questão. Quem não tem recursos continua parindo, fazendo cada vez mais filhos, de forma inconsequente, o que gera violência. Não temos como educar essa molecada. A grande verdade é esta: da maneira como se faz filho no País, não temos como educar a maioria da nossa juventude ou,

se a educarmos, será de forma tão precária que ela não terá futuro nenhum (Brasil, 2007).

Para o ex-deputado, que comenta até mesmo sobre a China utilizar pílulas de aborto na tentativa de conter a natalidade, a única forma efetiva de estabelecer políticas de planejamento familiar para a população de baixa renda é através dos procedimentos cirúrgicos, uma vez que este grupo era tido por ele como ignorante, como afirma no seguinte trecho: “É preciso dar meios para controlar a sua prole a quem, lamentavelmente, é ignorante. Nós controlamos a nossa, mas o pessoal pobre não controla a dele. E há o interesse atrás do voto fácil dessa gente para outros se perpetuarem no poder.” (Brasil, 2011). Assim, qualquer possibilidade de decisão individual, autônoma e informada acerca dos direitos sexuais e reprodutivos para a população de baixa renda é descartada (Afshar, 2022; Scavone, 2010). Ainda, segundo Bolsonaro, o pensamento machista impedia que a maioria dos homens realizasse a vasectomia (Brasil, 2007). Logo, é possível inferir que sua defesa do controle de natalidade estava direcionada às mulheres, sobretudo às pobres, negras e indígenas, tendo em vista que este grupo caracteriza a maioria das pessoas em situação de pobreza no país (Cabral, 2022).

No trecho abaixo, é possível observar que, para Jair Bolsonaro, a legalização da laqueadura e da vasectomia é considerada uma solução ampla para uma série de problemas sociais. Em sua visão, a implementação dessas práticas traria impactos positivos a curto, médio e longo prazo, tanto para o sistema de saúde quanto para a educação e o mercado de trabalho. Mais uma vez, ele aponta o controle populacional como medida capaz de resolver problemas estruturais. Ao falar sobre “filhos de mães que não têm a mínima condição de fornecer uma retaguarda aos educandos” (Brasil, 1997), Bolsonaro sugere que as famílias de baixa renda são incapazes de oferecer um ambiente adequado para o desenvolvimento educacional de seus filhos. Esse discurso carrega um estigma em relação às classes mais baixas, associando a pobreza à irresponsabilidade reprodutiva e ao fracasso educacional.

Os primeiros efeitos positivos da legalização da laqueadura e vasectomia [serão sentidos] já nos próximos anos, já que muitas mulheres deixarão de ocupar os leitos hospitalares para ter filhos indesejáveis ou não programados. Nos próximos dez anos serão bancos escolares que deixarão de estar preenchidos por filhos de mães que não têm a mínima condição de fornecer uma retaguarda aos educandos que nada aprenderão nos bancos escolares. Daqui a 13 anos sentiremos a redução de menores de ruas; e, a 20, menos

desempregados por falta de qualificação. Enfim todos ganharão (Brasil, 1997).

O uso de discursos que associam pobreza, criminalidade e o aumento da violência à fecundidade de mulheres pobres e racializadas revela uma visão que vai além da simples política populacional. Bolsonaro, ao afirmar que o controle de natalidade é a solução para os “fantasmas da miséria e violência”, não apenas adota uma visão racista e classista, mas também faz uma correlação errônea entre o aumento da população empobrecida e o agravamento de problemas sociais. Ao longo de suas falas, ele não apresenta uma análise crítica da concentração de renda e das desigualdades estruturais que geram pobreza, mas coloca a culpa do empobrecimento nas próprias pessoas que, para ele, são incapazes de controlar sua reprodução.

Quando Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assume a Presidência da República, no ano de 2003, o debate parece tomar posições ainda mais radicais, uma vez que Jair Bolsonaro passa a discursar explicitamente sobre uma suposta relação entre as políticas de transferência direta de renda para pessoas em extrema pobreza, como o Bolsa Família, e as vitórias eleitorais do PT. Segundo ele, o partido não propunha políticas públicas de controle de natalidade porque almejava o crescimento populacional dos mais pobres, que recebiam um aumento da renda proveniente do Bolsa Família a cada filho que nascesse. Logo, com a ampliação desta camada social marginalizada economicamente, também se ampliariam os votos a serem recebidos pela legenda petista, haja vista que, para ele, “só tem uma utilidade o pobre no nosso país: votar” (Brasil, 2013).

Bolsonaro chegou a afirmar que haveria uma “favelização do Brasil em cima do Bolsa Família” (Brasil, 2011). No entanto, na realidade, esse programa foi um instrumento essencial no combate à fome, contribuindo significativamente para a redução da pobreza e da miséria no país nas últimas décadas (Silva, 2022). É importante destacar que, ao assumir a Presidência, o ex-capitão rompeu com as políticas de assistência social, buscando deslegitimar os programas de transferência de renda implementados pelos governos petistas (Silva, 2022). Isso é ilustrado em declarações como: “Não podemos falar em combate à fome, à miséria e à violência no País sem controle da natalidade. (...) Esses [beneficiários] vão ser apenas mão-de-obra não especializada e, no futuro, clientes de bolsas, como o Bolsa Família” (Brasil, 2007). Além do Bolsa Família,

outros programas, como o Cheque-Cidadão e o Restaurante Popular, também foram alvo de críticas, por, segundo ele, atenderem a uma “massa que infelizmente nada produz” (Brasil, 2006).

Não podemos conviver com essa taxa de natalidade, mas, logicamente, isso é bom para governos corruptos e populistas, porque mais cidadãos e mais títulos de eleitor ajudam a perpetuá-los. Estão aí os projetos sociais permanentes, como o Bolsa Família, a cesta básica, o cheque-cidadão, o restaurante popular etc. O Governo Lula gosta muito de pobre, sim. Afirmou isso. Só faltou um complemento: com título de eleitor (Brasil, 2006).

Em direção similar, Bolsonaro alega que a ausência de políticas de incentivo aos procedimentos cirúrgicos de esterilização representaria uma estratégia para instaurar a “ditadura do proletariado”: “Ou seja, quanto mais pobre, miserável e sem cultura, mais gente com título de eleitor na mão para manter no governo, que o escraviza. Onde nós vamos parar? É a ditadura do proletariado” (Brasil, 2011). Um exame de nosso banco de dados demonstra a recorrência de palavras-chave que remetem à legenda petista: o termo “PT” foi mencionado setenta vezes, seguido por “Lula” – 41 vezes, “Bolsa Família” – vinte vezes, e “Dilma” – cinco vezes.

Dessa forma, revela-se o caráter fortemente antipetista e excludente da atuação parlamentar de Jair Bolsonaro, frequentemente permeada por atitudes de hostilidade racial e de classe, especialmente direcionadas a mulheres de grupos socialmente marginalizados. Sua retórica legislativa sobre o controle de natalidade pode ser interpretada como um discurso de ódio contra essas populações, na medida em que o ex-deputado recorre a termos que insultam, intimidam e assediam pessoas com base em sua raça, classe e gênero. Esse discurso legitima atitudes discriminatórias e incentiva a hostilidade da maioria social contra esses grupos (Brugger, 2007; Diaz, 2011).

É importante observar que o uso de discursos de controle populacional na política pode ser entendido como parte de uma estratégia eugênica, que historicamente procura regular o crescimento de populações racializadas e economicamente vulneráveis, com o pretexto de “proteção” da ordem social e econômica. Essa retórica ignora as condições estruturais que perpetuam desigualdades, colocando a responsabilidade da exclusão sobre as próprias vítimas. Tal postura não apenas desumaniza esses grupos, mas também serve para consolidar um

modelo de política pública que deslegitima as políticas de inclusão social e transfere o foco da ação pública para o controle dos mais vulneráveis, ao invés de combater as causas reais da pobreza e da exclusão.

Isto é, o controle de natalidade proposto por Bolsonaro, como vemos, está diretamente ligado a uma visão eugenista, em que a população negra e pobre é vista como um “problema” a ser controlado, regulado e, em última instância, “desprezado” através de políticas que buscam eliminar ou restringir sua capacidade de reprodução. Sua visão de “pobreza” e “ignorância” torna evidente a forma como ele percebe esses grupos: como uma massa passiva, submissa e incapaz de tomar decisões informadas sobre sua própria reprodução. Ao falar sobre a esterilização de mulheres e homens pobres como uma “solução”, Bolsonaro não só desrespeita o direito ao planejamento familiar, mas também reforça o estigma de que a pobreza é um problema que deve ser extinto, e não o resultado de profundas desigualdades sociais, políticas e econômicas.

Sua visão de controle de natalidade e esterilização revela também um desprezo pela autonomia desses grupos, sobretudo das mulheres, ao passo que são estas que engravidam. Ele sugere que, devido à sua condição de “ignorância”, essas mulheres não são capazes de tomar decisões sobre seus próprios corpos. Tal abordagem desconsidera não só a autonomia reprodutiva das mulheres, mas também o direito à informação, ao acesso à saúde e ao respeito pelas escolhas individuais e coletivas. As falas de Bolsonaro deixam claro que a ideia de “controle de natalidade” não se traduz em um esforço para promover o acesso a métodos contraceptivos de forma inclusiva e democrática, mas em um programa coercitivo que visa reduzir a população de determinados grupos sociais.

Além da presença de valores eugênicos e racistas, bem como o forte vínculo com o ideário punitivista, percebe-se, nas falas de Bolsonaro, uma compreensão do controle de natalidade como política de Estado a ser implementada de cima para baixo. Esta visão de política *top-down* deixa de lado um preceito basilar dos movimentos feministas contemporâneos: a ideia de que “nosso corpo nos pertence” (Scavone, 2010). Ao ignorar qualquer possibilidade de agência autônoma e informada por parte das mulheres, o controle de natalidade defendido pelo ex-capitão normaliza o assujeitamento e o controle do corpo, que estaria, portanto, “à mercê de políticas morais, religiosas ou demográficas de Estado” (Scavone, 2010, p. 49). É precisamente neste

ponto que o campo semântico do conservadorismo moral, considerado fundamental para a vitória de Bolsonaro em 2018 e sua consolidação como liderança da direita brasileira, entra em cena.

Embora Jair Bolsonaro não mencione diretamente, uma análise interseccional de seus discursos revela que seu alvo específico tem gênero, raça e classe definidos, evidenciando uma retórica que visa, na prática, controlar os corpos de mulheres pobres e racializadas. Ao propor políticas de controle de natalidade sob o pretexto de combater a violência e a pobreza, Bolsonaro esvazia o potencial emancipador desse direito, concebido como uma conquista histórica das mulheres para decidir sobre seus próprios corpos. Nesse contexto, ele transforma o controle de natalidade em um mecanismo de regulação social voltado a reduzir a presença e a reprodução de determinados grupos. Essa perspectiva é sintetizada nas palavras de Lélia Gonzalez: “Menor negro só pode ser pivete ou trombadinha, pois filho de peixe, peixinho é” (González, 1984, p. 225-226).

Considerações finais

Este trabalho buscou compreender como os direitos sexuais e reprodutivos foram abordados pelo ex-deputado federal Jair Messias Bolsonaro em seus discursos parlamentares sobre controle de natalidade. Embora historicamente esses direitos sejam pautas dos movimentos feministas, a apropriação do tema por setores reacionários e conservadores revela seu potencial estratégico. O debate tem sido eficaz na mobilização de diferentes grupos sociais em torno de objetivos comuns, como a defesa da pátria, da família tradicional e da lógica de acumulação capitalista, colocando em oposição qualquer elemento – indivíduos, movimentos sociais ou instituições – que possa ameaçar a estabilidade dessas estruturas.

Uma análise interseccional permite evidenciar como os discursos de Bolsonaro em defesa do controle de natalidade se distanciam de uma perspectiva progressista dos direitos sexuais e reprodutivos, que busca conferir autonomia, informação e poder de decisão às mulheres, especialmente às das camadas mais vulneráveis. Ao associar o aumento da pobreza, da marginalidade e da violência ao crescimento populacional, e propor o controle de natalidade como solução, o

ex-deputado desconsidera as verdadeiras causas históricas e estruturais do empobrecimento e da escalada da violência – em particular, a crescente concentração de riqueza gerada pelas relações capitalistas de produção.

Embora nos últimos mandatos de Bolsonaro como deputado federal o tema do controle de natalidade tenha sido progressivamente preterido em seus discursos em plenário, é possível observar que a visão de mundo expressa nesses pronunciamentos permaneceu fortemente presente durante sua campanha presidencial e seu governo. A estrutura e atuação do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, liderado pela controversa Damara Alves, e o apoio do Brasil à Declaração do Consenso de Genebra sobre Saúde da Mulher e Fortalecimento da Família³ – ao lado de países como os Estados Unidos de Trump, Arábia Saudita, Sudão e Hungria – evidenciam o alinhamento entre as falas de Bolsonaro no parlamento e suas ações como chefe do Executivo. Esse posicionamento representa não apenas uma ameaça aos direitos das mulheres, mas também uma violência contra pessoas pobres e racializadas, revelando o caráter misógino, racista e aporofóbico presente tanto em sua performance parlamentar quanto em sua gestão no Executivo.

Observa-se que a ausência de referências ao controle de natalidade no último mandato de Bolsonaro (2015-2019), às vésperas da campanha eleitoral, pode estar ligada à predominância de outros temas discursivos, especialmente ataques à diversidade de gênero e sexualidade, que se tornaram pautas centrais no debate político da época. O foco intenso nas questões de “ideologia de gênero” e na educação para a diversidade em escolas e universidades parece ter sido uma estratégia deliberada para desviar a atenção de temas mais delicados e potencialmente polarizadores, como o controle de natalidade. Assim, é possível que a questão do controle populacional tenha sido relegada a segundo plano, dadas suas implicações eugênicas e discriminatórias, que poderiam tornar o discurso impopular entre as classes mais pobres. Esse direcionamento discursivo pode refletir uma tentativa de evitar reações

³ Assinada pelo Brasil em outubro de 2020, a Declaração do Consenso de Genebra restringe os direitos reprodutivos e o que se entende por família, além de consolidar, entre os países signatários, uma aliança em defesa da vida desde a sua concepção e contrária ao aborto em qualquer hipótese - inclusive nos casos previstos em lei. Em janeiro de 2023 – início do terceiro mandato presidencial de Lula (PT) –, porém, o governo brasileiro atualizou seu posicionamento com relação à pauta das mulheres e comunicou o desligamento do país do referido documento (Fernandes, 2020; Brasil, 2023).

negativas da opinião pública, priorizando pautas mais ideológicas que permitissem um alvo político mais facilmente identificável. Uma agenda de pesquisa focada nessa questão poderia aprofundar a análise das estratégias discursivas adotadas nesse período e de como elas foram moldadas pelas tensões políticas e sociais em curso.

Por fim, os resultados deste estudo revelam a complexidade do discurso de Jair Bolsonaro sobre o controle de natalidade, evidenciando como suas proposições legislativas e declarações públicas articulam-se nas interseções de classe, raça e gênero. Embora tenhamos mapeado e analisado um recorte específico de seus pronunciamentos, permanecem questões a serem exploradas: em que medida esses discursos influenciaram suas campanhas eleitorais? Até que ponto essa retórica se refletiu na formulação de políticas públicas voltadas para populações vulneráveis, especialmente mulheres? Essas lacunas abrem espaço para novas investigações, que poderiam examinar as consequências práticas dessas ideias ou compará-las a outros contextos políticos. Esperamos que este trabalho sirva como ponto de partida para reflexões futuras sobre o papel do discurso político na perpetuação das desigualdades estruturais no Brasil.

Referências

AFSHAR, Yasmin. O neomalthusianismo de Jair Bolsonaro. **Jacobin Brasil**, 2022. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2022/03/o-neomalthusianismo-de-jair-bolsonaro/>. Acesso em: 11 dez. 2023.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro: Editora Jandaíra, 2020.

BAYLEY, Paul. Introduction: the whys and wherefores of analysing parliamentary discourse. In: BAYLEY, P. (ed.). **Cross-cultural perspectives on parliamentary discourse**. Amsterdam: Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2004.

BERQUÓ, Elza; CAVENAGHI, Suzana. Fecundidade em declínio: breve nota sobre a redução no número médio de filhos por mulher no Brasil. **Novos Estudos - Cebrap**, [S.L.], n. 74, p. 11-15, mar. 2006. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-33002006000100001>.

BRANDÃO, Elaine Reis; CABRAL, Cristiane da Silva. Justiça reprodutiva e gênero: desafios teórico-políticos acirrados pela pandemia de covid-19 no Brasil. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, [S.L.], v. 25, n. 1, p. 1-16, jul. 2021. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/interface.200762>.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Diário da Câmara dos Deputados**, Brasília, ANO XLVI, n 105, 27 de agosto de 1991, p. 48. Disponível em: <https://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD27AGO1991.pdf#page=48>. Acesso em: 20 out. 2023. Discurso do deputado federal Jair Messias Bolsonaro.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Diário da Câmara dos Deputados**, Brasília, ANO XLVII, n 178, 24 de outubro de 1992, p. 49. Disponível em: <https://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD24OUT1992.pdf#page=48>. Acesso em: 20 out. 2023. Discurso do deputado federal Jair Messias Bolsonaro.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Diário da Câmara dos Deputados**, Brasília, 08 de fevereiro de 1993. Disponível em: <https://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD09FEV1993.pdf#page=78>. Acesso em: 20 out. 2023. Discurso do deputado federal Jair Messias Bolsonaro,

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Diário da Câmara dos Deputados**, Brasília, ANO LXI, n 124, 14 de julho de 2006, p. 36. Disponível em: <https://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD14JUL2006.pdf#page=36>. Acesso em: 20 out. 2023. Discurso do deputado federal Jair Messias Bolsonaro.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Diário da Câmara dos Deputados**, Brasília, ANO LXII, n 30, 15 de fevereiro de 2007. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=013.1.53.O&nuQuarto=30&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=15:27&sgFaseSessao=GE&Data=15/02/2007&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Grande%20Expediente&txTipoSessao=Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=15:27>

[&txEtapa=](#). Acesso em: 20 out. 2023. Discurso do deputado federal Jair Messias Bolsonaro.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Diário da Câmara dos Deputados**, Brasília, ANO LXVI, n 36, 3 de março de 2011, p. 278. Disponível em: <https://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD03MAR2011.pdf#page=278>. Acesso em: 20 out. 2023. Discurso do deputado federal Jair Messias Bolsonaro.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Diário da Câmara dos Deputados**, Brasília, ANO LXVIII, n 197, 7 de novembro de 2013, p. 106. Disponível em: <https://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD0020131107001970000.PDF#page=106>. Acesso em: 20 out. 2023. Discurso do deputado federal Jair Messias Bolsonaro.

BRASIL. Desligamento do Brasil do Consenso de Genebra: nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Saúde, do Ministério das Mulheres e do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Governo Federal. Ministério das Relações Exteriores**, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/desligamento-do-brasil-do-consenso-de-genebra. Acesso em: 13 dez. 2023.

BRUGGER, Winfried. Proibição ou Proteção do Discurso do Ódio? Algumas Observações sobre o Direito Alemão e o Americano. **Direito Público**, [S. l.], v. 4, n. 15, 2010.

CABRAL, Umberlândia. Pessoas pretas e pardas continuam com menor acesso a emprego, educação, segurança e saneamento. **Agência de notícias IBGE**, [S. l.], p. 1-1, 11 nov. 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35467-pessoas-pretas-e-pardas-continuam-com-menor-acesso-a-emprego-educacao-seguranca-e-saneamento>. Acesso em: 3 jun. 2023.

CODATO, Adriano; PERISSINOTTO, Renato. **Como estudar elites**. Curitiba: UFPR, 2015.

COLLINS, Patricia Hills; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, 2002.

DAMASCO, Mariana Santos; MAIO, Marcos Chor; MONTEIRO, Simone. Feminismo negro: raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975-1993). **Revista Estudos Feministas**, [S.L.], v. 20, n. 1, p. 133-151, abr. 2012. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2012000100008>.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEL RE, Alisa. Aborto e contracepção. In: HIRATA, H. *et al* (orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

DÍAZ, Álvaro Paúl. LA PENALIZACIÓN DE LA INCITACIÓN AL ODIOS A LA LUZ DE LA JURISPRUDENCIA COMPARADA. **Revista Chilena de Derecho**, [S.L.], v. 38, n. 3, p. 573-609, dez. 2011. SciELO Agencia Nacional de Investigación y Desarrollo (ANID). <http://dx.doi.org/10.4067/s0718-34372011000300007>.

DIETZE, Gabriele; ROTH, Julia. Right-wing populism and gender: a preliminary cartography of an emergent field of research. In: DIETZE, G.; ROTH, Julia (eds.). **Right-wing populism and gender: european perspectives and beyond**. : Transcript Publishing, p. 7-21, 2020.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

FERNANDES, Marcella. O que é a declaração antiaborto que Brasil e EUA articulam e qual seu impacto. **Instituto Humanitas Unisinos**, 2020. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/603997-o-que-e-a-declaracao-antiaborto-que-brasil-e-eua-articulam-e-qual-seu-impacto>. Acesso em: 13 dez. 2023.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, p. 223-244, 1984.

GOULART, Mayra. Da Diferença à Equivalência: Hipóteses Laclauianas sobre a Trajetória Legislativa de Jair Bolsonaro. **Dados**, v. 67, n. 1, p. e20210153, 2024.

HENNING, Carlos Eduardo. Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos

acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, [S.L.], v. 20, n. 2, p. 97, 25 dez. 2015. Universidade Estadual de Londrina. <http://dx.doi.org/10.5433/2176-6665.2015v20n2p97>.

LACERDA, Marina Basso. **O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro**. Porto Alegre: Editora Zouk, 2019.

LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia**. Madrid: Siglo XXI, 1987.

MESSEMBERG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. **Sociedade e Estado**, [S.L.], v. 32, n. 3, p. 621-648, dez. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69922017.3203004>.

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Pontes Editores: Campinas, 2000.

PARZIANELLO, Geder Luis. O governo Bolsonaro e o populismo contemporâneo: um antagonismo em tela e as contradições de suas proximidades. **Aurora. Revista de Arte, Mídia e Política**, [S.L.], v. 12, n. 36, p. 49-64, 8 mar. 2020. Pontifical Catholic University of Sao Paulo (PUC-SP). http://dx.doi.org/10.23925/v12n36_dossie3.

PEIXOTO, Valdenizia Bento; SALVADOR, Evilasio; BIANCHETTI, Ana Luiza. Direitos Sexuais e Reprodutivos: políticas e orçamentos nos governos temer e Bolsonaro. **Argumentum**, [S.L.], v. 15, n. 1, p. 23-37, 24 abr. 2023. Universidade Federal do Espírito Santo. <http://dx.doi.org/10.47456/argumentum.v15i1.39017>.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana; SCALCO, Lucia Mury. Da Esperança ao Ódio: Juventude, Política e Pobreza do Lulismo ao Bolsonarismo. **Cadernos IHU ideias**, v. 16, n. 278, p. 3-15, 2018.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 11, n. 2, 2008. DOI: 10.5216/sec.v11i2.5247.

RIBEIRO, Jullyane Carvalho. “Só corpo, sem mente”: direitos reprodutivos, imaginário social e controle sobre os corpos das mulheres

negras. **Pós - Revista Brasiliense de Pós-Graduação em Ciências Sociais**, [S. l.], v. 11, 2013.

SILVA, Mayra Goulart da; RODRIGUES, Theófilo Codeço Machado. O Populismo de direita no Brasil: neoliberalismo e autoritarismo no governo Bolsonaro. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, [S.L.], v. 26, n. 1, p. 86, 25 abr. 2021. Universidade Estadual de Londrina. <http://dx.doi.org/10.5433/2176-6665.2021v26n1p86>.

ROLAND, Edna. Direitos reprodutivos e racismo no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 2, n. 3, p. 506-514, 1995.

SCAVONE, Lucila. Nosso corpo nos pertence? Discursos feministas do corpo. **Gênero**. Niterói, v. 10, n. 2, p. 47-62, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Espetáculo da miscigenação. **Estudos Avançados**, [S.L.], v. 8, n. 20, p. 137-152, abr. 1994. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40141994000100017>.

SILVA, Marina de Macedo. O desmonte da assistência social no governo Bolsonaro. In: ZIMMERMANN, C. R.; CRUZ, D. U. (orgs.). **Políticas sociais no governo Bolsonaro: entre descasos, retrocessos e desmontes**. Buenos Aires: CLACSO; Salvador: Pinaúna, p. 253-278, 2022.

STARLING, Heloisa Murgel. Brasil, país do passado. In: STARLING, H. M.; LAGO, M.; BIGNOTTO, N. **Linguagem da destruição: a democracia brasileira em crise**. São Paulo: Companhia das Letras, p. 70-119, 2022.

VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos; BIROLI, Flávia. Introdução. Matrizes do neoconservadorismo religioso na América Latina. In: BIROLI, F.; VAGGIONE, J. M.; MACHADO, M. D. C. **Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina**. São Paulo: Boitempo, p. 13-40, 2020.

WERNECK, Jurema. O belo ou o puro? Racismo, eugenia e novas (bio)tecnologias. In: ROTANIA, A.; WERNECK, J. (eds.). **Sob o Signo das Bios: vozes críticas da sociedade civil**. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais, p. 49-62, 2004.

Sexual and reproductive rights from an intersectional perspective: an analysis of federal deputy Jair Messias Bolsonaro's speeches on birth control

ABSTRACT: This study employs an intersectional analytical perspective to delve into the manner in which Jair Messias Bolsonaro addressed sexual and reproductive rights throughout his seven terms in the Chamber of Deputies. Employing both qualitative and quantitative methods, the research scrutinized all the plenary speeches delivered by the congressman. The findings revealed that Bolsonaro consistently expressed concerns about birth control. Utilizing discourse analysis, it became evident that the former federal deputy's approach to the issue aimed to correlate population growth with an escalation of poverty, marginalization, and violence. Consequently, this perspective was closely tied to two pivotal semantic fields - moral conservatism and the combat against crime through a punitive approach - that played a crucial role in expanding his electoral base and securing victory in the 2018 elections.

KEYWORDS: Jair Bolsonaro. Sexual and reproductive rights. Birth control. Intersectionality. Parliamentary speech.

Laura GOMES BARBOSA,

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Graduada e mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Pesquisadora do Laboratório de Partidos, Eleições e Política Comparada (LAPPCOM – UFRJ/UFRRJ).

<https://orcid.org/0000-0002-8484-8839>

Giulia GOUVEIA SIQUEIRA P. HOMEM, *Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)*

Doutoranda e mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Coordenadora adjunta do Laboratório de Partidos, Eleições e

*Política Comparada (LAPPCOM-UFRJ/UFRRJ) e do Projeto
Mulheres Eleitas.*

<https://orcid.org/0000-0001-6773-4373>

Recebido em: 19/12/2023

Aprovado em: 05/10/2025